

Governo central tem superávit de R\$ 15,2 bi no trimestre

Relação dívida líquida/PIB passou de 63%, em setembro, para 54%

Luciana Otoni
de Brasília

O governo central — Tesouro Nacional, Banco Central e Previdência Social — registrou superávit primário de R\$ 4,1 bilhões em março, resultado que contribuiu para elevar para R\$ 15,2 bilhões o superávit primário no primeiro trimestre do ano, montante 43,4% maior que os R\$ 4,6 bilhões de saldo positivo computado nos primeiros três meses de 2002.

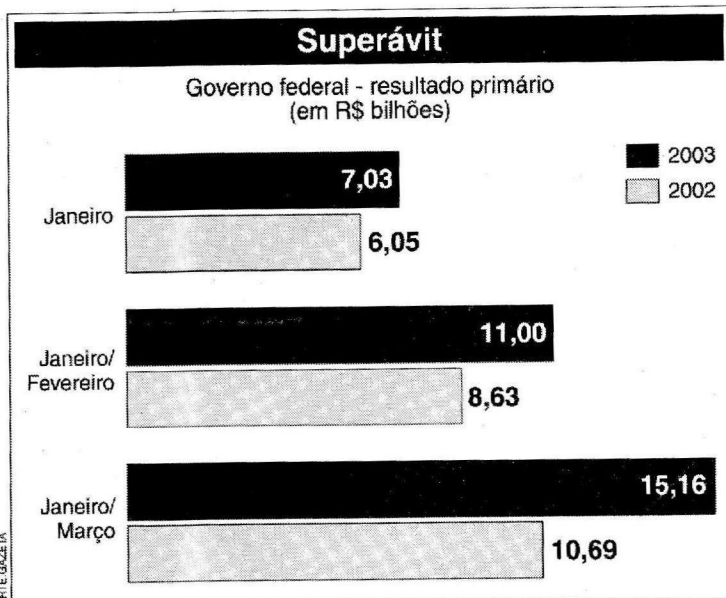
Com o desempenho consolidado entre janeiro e março de 2003, o governo precisa obter um superávit de R\$ 3,6 bilhões em abril para cumprir a meta quadrimestral de R\$ 18,8 bilhões.

A adoção em março do programa de ajuste de contingenciamento que tem por meta anual o corte R\$ 14 bilhões de verbas dos ministérios e órgãos públicos foi o principal fator a influenciar na redução dos gastos. O resultado fiscal divulgado ontem indicou que as despesas do Tesouro Nacional atingiram 9% do PIB trimestral com queda de dois pontos percentuais em relação ao primeiro trimestre de 2002. Em termos nominais, porém, houve acréscimo de R\$ 392,7 milhões, o equivalente a 1,2% do PIB do trimestre.

“O Ministério da Fazenda tem liberado as verbas segundo os limites programados e o ritmo de execução varia entre os ministérios”, comentou o secretário do Tesouro Nacional, Joaquim Ferreira Levy, ao ressaltar que as liberações de recursos para os ministérios obedecem a um calendário.

As despesas com custeio e capital tiveram redução de R\$ 798,7 milhões (5% do PIB do trimestre), mas as despesas com subsídios e subvenções econômicas aumentaram de R\$ 227,1 milhões para R\$ 411 milhões em decorrência da liberação de R\$ 115,4 milhões para subsídio à habitação popular.

A Previdência Social registrou



Fontes: STN e Centro de Informações da Gazeta Mercantil

déficit de R\$ 4,3 bilhões no primeiro trimestre, 32,7% acima do resultado obtido em igual período do ano anterior. As receitas do Tesouro Nacional, que totalizaram R\$ 86,4 bilhões, ficaram 1,8 ponto percentual do PIB do trimestre inferiores à arrecadação do primeiro trimestre do ano passado.

“Meta será cumprida”

A redução ocorreu devido à arrecadação de receitas atípicas nos três primeiros meses de 2002 quando os fundos de pensão recolheram ao fisco federal débitos tributários atrasados.

Frente ao superávit primário de R\$ 4,1 bilhão em março — resultado da diferença entre o superávit de R\$ 5,7 bilhões no Tesouro e do déficit de R\$ 1,5 bilhão conjunto entre Previdência e Banco Central — e do saldo positivo primário de R\$ 15,2 bilhões no primeiro trimestre, Levy diz que não há risco de a meta do quadrimestre de R\$ 18,8 bilhões não ser cumprida.

O secretário do Tesouro come-

mora a redução de quase 10 pontos percentuais na relação dívida líquida/PIB, que passou de 63% em setembro do ano passado para 54%. A apreciação do real, a adoção do plano de ajuste e a aceitação da política econômica adotada pelo governo são, na avaliação de Levy, fatores que têm contribuído para a melhor aceitação dos títulos brasileiros.

Ontem o governo conseguiu fazer a primeira emissão de Letra Financeira do Tesouro (LFT) com prazo para junho de 2005 após a crise de confiança ocorrida durante o processo eleitoral do ano passado. Além do alongamento dos prazos, o Tesouro também conseguiu reduzir de 28% para 24% a taxa de juros tanto das LFTs quanto de Letras do Tesouro Nacional (LTNs).

“A taxa de juros de 24% é uma boa notícia, assim como a emissão lá fora é também uma boa notícia”, comentou o secretário ao referir-se também ao lançamento de bônus no exterior.